



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social, geração e classes sociais

Sub-eixo: Envelhecimento

ENSAIO SOBRE ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NO CONTEXTO NEOLIBERAL

DAIANE CRISTINA DINIZ ANDRADE¹

MARIA LIDUINA OLIVEIRA E SILVA²

RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir o envelhecimento no Brasil, considerando as desigualdades de classe, gênero e raça/etnia, e analisar como esses fatores podem influenciar o acesso à seguridade social. Trata-se de um estudo teórico bibliográfico baseado na gerontologia social crítica, sendo que os resultados preliminares apontam como o racismo e o sexismo afetam esse acesso.

Palavras-chave: envelhecimento, seguridade social, racismo, sexismo, neoliberalismo.

ABSTRACT:

The objective of this paper is to bring the discussion of aging in Brazil to the forefront, considering class, gender, and racial inequalities, and to analyze how these factors may influence access to social security. This is a theoretical bibliographic study based on social critical gerontology, with preliminary results indicating how racism and sexism affect such access.

Keywords: aging, social security, racism, sexism, neoliberalism.

1. Introdução

O presente trabalho é parte de uma pesquisa acadêmica que tem como objetivo discutir o envelhecimento humano e como as relações de gênero e raça/etnia podem afetar o acesso à seguridade social, considerado, principalmente, o contexto da atual fase do capitalismo brasileiro. Trata-se de um estudo bibliográfico que toma por base teórica Teixeira (2017; 2019), Borges *et al.*

¹ Universidade Federal de São Paulo

² Universidade Federal de São Paulo

(2019), Martins (2023), Paixão (2023), Behring e Boschetti (2006) e Lopes e Prates (2021). É também utilizada como base de dados a pesquisa “Envelhecimento e Desigualdades Raciais”, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP, 2023), mediada pelos números fornecidos no último censo demográfico do IBGE (2022).

A mudança na pirâmide etária brasileira e as diferentes formas de envelhecimento populacional têm se tornado um debate relevante nas últimas décadas, inclusive no interior do Serviço Social. Enquanto profissão regulamentada, os e as assistentes sociais que atuam nas relações de reprodução e produção capitalista, em especial no âmbito das políticas sociais, estão envoltos e envoltas nas disputas que ocorrem dentro do Estado e nas discussões sobre as mudanças societárias. Nesse sentido, as pesquisas nesta área, principalmente sob a perspectiva da gerontologia social crítica (Teixeira, 2019), têm contribuído para uma análise não homogeneizante da população idosa.

Com efeito, é importante considerar que, na realidade brasileira, a discussão sobre o envelhecimento deve ser relacionada com as existentes desigualdades de gênero e racial – lembrando que a última é consequência de um passado marcado pela colonização e escravização de pessoas negras e indígenas, na qual os descendentes diretos desta população atravessaram o século XX sendo subjugados de forma estrutural por todas as consequências políticas, econômicas e sociais do processo de intensificação de dependência da economia brasileira em relação à centralidade do capital neste mesmo período (Borges *et al.*, 2019). É na esteira deste processo que evidenciamos as implicações da forma como as pessoas, em particular as mulheres negras, acessam o trabalho e a seguridade social no Brasil.

Por isso, partimos da premissa de que, na sociedade capitalista multifacetada, o envelhecimento não pode ser analisado somente do ponto de vista demográfico: é necessário realizar uma análise abrangente, em função das citadas desigualdades, mas principalmente dadas as diferentes classes sociais e territórios (Teixeira, 2017; 2019). Dessa forma, apesar de ser uma experiência humana, o envelhecimento tem aspectos individuais, mas também coletivos, os quais demandam formas de proteção do Estado. Neste aspecto, os recortes de raça/etnia, classe e gênero nos ajudam a acessar as particularidades do processo de envelhecimento das mulheres negras a partir da formação sócio-histórica brasileira na fase atual do capitalismo.

O fenômeno do envelhecimento, é concomitante com o avanço dos processos e marcos legais que moldam nossas políticas sociais, especialmente aquelas que, apesar de suas limitações e das ofensivas neoliberais, ainda buscam garantir um mínimo de proteção social aos e

as trabalhadoras e trabalhadores. É neste contexto delineado acima que experienciamos algumas políticas fundamentais criadas pelo estado brasileiro, como demonstraremos a seguir.

Historicamente, a seguridade social brasileira foi construída a partir do vínculo com o trabalho regulamentado como uma das suas formas de acesso. Contudo, desde a instituição do “trabalho livre”, a superpopulação relativa, que é a mais desprotegida, é majoritariamente composta por pessoas negras (Borges *et al.*, 2019). Assim, os mesmos trabalhadores e as mesmas trabalhadoras que se fizeram presentes na luta pela proteção ao trabalho e foram invisibilizados são o contingente populacional mais distante dessa proteção social, principalmente quando envelhecem. Somado ao racismo, o sexismo³ torna as mulheres negras trabalhadoras na fração da sociedade mais distante da seguridade social contributiva e mais próxima da parte da seguridade social destinada aos que necessitam, em um contexto no qual o Estado está cada vez mais reduzido.

É em face do exposto que tem se apresentado a redução da figura do Estado na área social. Considerando a classe trabalhadora que envelhece (especialmente as mulheres negras, que ocupam a base da pirâmide social) dentro do neoliberalismo; diante de um modelo adotado na Constituição Federal que, embora baseado no princípio da universalidade da saúde, limita a assistência social àqueles que dela precisam e restringe a previdência social apenas aos trabalhadores contribuintes; frente ao agravamento dos processos já em curso de privatização da saúde, de focalização e filantropização da assistência social; e dada a ameaça à previdência social pública, surge a seguinte indagação: quais os impactos da proteção social no envelhecimento das mulheres negras nos limites de nossa Constituição na fase do capitalismo neoliberal?

2. Proteção social na atual fase do capital: o neoliberalismo em marcha.

Para entendermos a seguridade social, devemos partir da premissa de que ela pode variar nas diferentes etapas de proteção social do sistema capitalista frente ao seu momento histórico e de acordo com a dinâmica e posição que define as relações de cada país no mercado mundial. É relevante salientar que a regulamentação da proteção social como um direito só se tornou

³ O Dicionário Priberam define o sexismo como uma “teoria que defende a superioridade de um sexo, geralmente o sexo masculino, sobre o outro.” No capitalismo, outras formas de opressão, como o sexismo, o racismo e o etarismo, são utilizadas para intensificar a exploração do trabalho, como se o sexo, a raça ou a idade fossem critérios que determinam o valor dos trabalhadores na relação de compra e venda do trabalho, tratando-os como “mercadorias” menos valiosas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

possível dentro do capitalismo, fruto da luta da classe trabalhadora; assim, a regulamentação é permeada por uma relação marcada por contradições e diferentes interesses em relação à sua condução (Behring; Boschetti, 2006). Destacamos ainda que a proteção social conquistada nos últimos anos desempenhou um papel crucial no processo de envelhecimento populacional (Teixeira, 2019), e sem ela os trabalhadores e as trabalhadoras, que são pessoas idosas, não têm condições dignas de vida.

Partimos do entendimento de que o Estado tem uma função no ordenamento social do capital, qual seja assegurar a manutenção dessa forma de sociabilidade. Assim, existem no seu interior disputas relacionadas aos diferentes interesses advindos da sociedade de classes. Ademais, no contexto e na implantação da proteção social europeia, a consolidação do Estado de Bem-estar Social exigiu o suporte de instituições não estatais e a transferência de recursos das periferias do capital para a acumulação de capital nos países centrais, o que ajudou a sustentar a força de trabalho nesses locais⁴ (Behring, Boschetti, 2006).

Logo, vale notar que para compreender a seguridade social como uma forma de proteção social no Brasil é preciso reconhecer os seus limites e contradições, bem como situar o país da posição ocupada na sua relação de dependência dentro da dinâmica capitalista, com um passado recente marcado pela exploração colonial e escravista, a qual utilizou o racismo como um dos elementos necessários para a exploração do trabalho no período colonial por meio da escravização de pessoas e, mais recentemente, na intensificação da superexploração do trabalho assalariado.

Antes de nos determos mais sobre a seguridade social brasileira, vejamos as contribuições de Borges *et al.* (2019) e Martins (2023), cujos estudos apontam que a proteção social no Brasil ao longo dos anos tem sido vinculada ao trabalho formal, o que a torna não universal e nem igualitária, pois foi construída associada ao trabalho regulamentado para ser acessada, como podemos verificar de forma mais explícita a partir da previdência social brasileira, a qual é contributiva. Tal medida coloca as pessoas que não têm vínculo formal de emprego ou estão submetidas a trabalhos mais precários geralmente em uma situação de vulnerabilidade mais alta. Neste contexto, ao considerarmos que o sexismo afeta “as relações de trabalho entre os gêneros e colocam as mulheres nas atividades de trabalho mais precárias, desvalorizadas, não reconhecidas e não remuneradas ou mal remuneradas” (Lopes; Prates, 2021, 72), vemos como

⁴ Há um debate sobre se o Estado de Bem-estar Social nos países centrais foi possível apenas devido ao processo de acumulação de riqueza, que ocorreu em parte devido ao colonialismo e ao imperialismo a partir do século XX na África. Se sim, esse tipo de Estado seria inviável nos países da periferia do capital.

há impactos significativos para um determinado grupo – as mulheres negras da classe trabalhadora, consideradas sua classe, gênero e raça/etnia.

Para refletir sobre a proteção social faremos um pequeno resgate histórico a partir da formalização da seguridade social no Brasil até os dias atuais. Foi somente no final dos anos 1980 que ocorreram avanços legais em relação à seguridade social, com a promulgação da Carta Magna de 1988, quando houve a formalização de vários direitos sociais e a instituição da seguridade social, definida por meio do artigo 194 como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (Brasil, 2016, 117). Observamos como, nos textos que especificam particularmente a previdência e a assistência social, estabelece-se entre suas finalidades a proteção para pessoas de “idade avançada” e “velhice”, direcionando a seguridade também como uma forma de proteção às pessoas idosas.

É importante observar que esse mesmo período tem um marcador demográfico relevante, pois a pirâmide demográfica brasileira começou a se estreitar na sua base, conforme o censo do IBGE (1991), indicando um processo de transição demográfica, com a redução do número de nascimentos quanto da mortalidade tem sido notada desde o início dos anos de 1990. Esse fenômeno, que acontecia concomitantemente com as mudanças políticas, econômicas e sociais no país, marcou a consolidação da fase neoliberal. Nesse panorama, foi também nos anos de 1990 que começou o processo de desmonte da seguridade social (Teixeira, 2019, 35).

Nos estudos de Behring e Boschetti (2006) verificamos que a fase neoliberal do capitalismo foi uma resposta dos países da centralidade do capital para manter o processo de acumulação capitalista a partir da crise iniciada nos anos 1970, sob o comando de processos de flexibilização produtiva e financeirização do capital. Este aspecto gerou vários impactos no mundo do trabalho e no cenário político-econômico: houve a reorganização do trabalho com a expansão do modelo produtivo toyotista e o avanço financeiro do capital nas relações sociais de produção. Sob a orientação dos países centrais, por meio dos organismos multilaterais, o projeto neoliberal ganhou força, sendo caracterizado por um Estado gerencialista, com funções mínimas na área social e uma atuação máxima voltada para a reprodução do capital, principalmente em suas esferas produtiva, militar e financeira.

A consolidação da nova fase do capitalismo no Estado brasileiro ocorreu por meio de contrarreformas, especialmente durante o governo Collor de Mello, tendo continuidade com maior ou menor força nos governos subsequentes (Teixeira, 2019). Em termos de proteção social, e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

especificamente de políticas sociais, nas últimas três décadas várias contrarreformas foram implementadas, com destaque para as sete reformas na previdência social realizadas entre 1993 e 2019. Essas reformas tiveram impactos diretos na classe trabalhadora, especialmente entre os mais velhos, reduzindo sua proteção social e seus direitos previdenciários.

Importante observar que Teixeira (2019) refere que os organismos multilaterais são fundamentais para expansão dessa nova fase. Sob o manto de “orientações”, o Banco Mundial e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) estabeleceram diretrizes a serem cumpridas e exerceram impacto significativo sobre a política econômica e estatal, principalmente nos países da periferia do capital. Ademais, as ideias dominantes colocam o foco nessa fase do capitalismo no indivíduo, fomentando ideais contrários às ideias de universalização e políticas públicas e à intervenção do Estado – o que afeta também as ideias em relação ao envelhecimento a partir da responsabilização do indivíduo por “envelhecer bem” ou homogeneizar a população idosa, para criar políticas públicas cada vez mais excludentes ou inacessíveis.

Desta forma, a seguridade social nasce das entranhas da fase neoliberal do capital, sendo criada para ser destruída, com contrarreformas nas últimas três décadas que “atingem principalmente a população em situação de vulnerabilidade e risco social, especialmente os originários das camadas pobres, pois ao afunilar o desmonte do Sistema de Seguridade Social aprofunda os níveis de desigualdade social” (Borges *et al.*, 2019, 151)⁵. O desmonte da seguridade social tem afetado particularmente esses grupos; considerando que a classe trabalhadora brasileira é superexplorada e fragmentada em sua condição social, algumas frações tornam-se mais suscetíveis à intensificação da superexploração do trabalho, principalmente devido à combinação da exploração por raça/etnia e gênero.

Por esse motivo, retornamos ao passado para enfatizar que, na particularidade brasileira, considerada a sua formação sócio-histórica com mais de três séculos de exploração de pessoas negras escravizadas e a manutenção de uma estrutura social com resquícios coloniais mesmo após a abolição, a desigualdade racial ainda afeta o mundo do trabalho. Assim sendo, o contexto neoliberal torna a população negra mais suscetível a trabalhos mais precarizados, a salários mais baixos e ao desemprego, bem como o sexismo agrava essa piora, colocando as mulheres em uma posição submissa em relação aos homens. É neste cenário que o processo de envelhecimento populacional avança, como veremos no próximo item.

⁵ Conferir também Teixeira, 2019.

3. Classe, raça/etnia e gênero: desafios do envelhecimento das mulheres negras

Como dito anteriormente, o racismo e o sexismo estão presentes nas relações sociais no Brasil como elemento necessário para a intensificação da superexploração do trabalho. Com efeito, o colonialismo e o escravismo foram essenciais para o desenvolvimento da metrópole durante a fase de acumulação primitiva do capital. Durante um período multissecular, a forma predominante de trabalho foi o escravismo, que naturalizou a exploração dos corpos negros. Posteriormente, a política de imigração, com a finalidade de embranquecimento da população, marcou o final do século XIX e o início do século XX (Martins, 2023) – as quais, somadas ao sexismo, abarcava um lugar de extrema exploração das mulheres negras para além da dimensão do trabalho, também se manifestando por meio da violência de gênero (Lopes; Prates, 2021).

Dessa maneira, a sociedade de classes, dividida entre os que detêm os meios de produção e os que têm somente a sua força de trabalho para vender, é marcada também pela não homogeneidade dentro de uma mesma classe, separando-se o trabalho produtivo do reprodutivo. Apesar de essencial para a reprodução da classe trabalhadora, este é desvalorizado porque, conforme descrito por Lopes e Prates,

o capitalismo deu conta de englobar o trabalho de homens e mulheres em locais e condições específicas a depender do gênero e da raça. Entre suas inúmeras contradições, uma delas se apresenta no fato de valorizar o trabalho produtivo, enquanto que ignora o trabalho reprodutivo, realizado, é claro, pelas mulheres, e em sua maioria por mulheres negras. (Lopes; Prates, 2021, 78)

Em função disso, no capitalismo brasileiro, além da divisão sociotécnica do trabalho, é necessário entender que a classe trabalhadora, apesar de ser uma unidade, é fragmentada pelo processo de divisão sexual e racial do trabalho, que se estende por todos os ciclos de vida (inclusive no processo de envelhecimento), o que torna a análise da raça/etnia e gênero ainda mais complexa. Essas relações aumentam seu imbricamento durante a vida, da infância à velhice, e os efeitos do racismo e do sexismo afetarão essas mulheres profundamente ao longo de toda sua trajetória.

Para exemplificar as afirmações feitas com base em dados concretos da realidade, podemos observar as taxas de desemprego no Brasil proveniente da pesquisa PNAD/IBGE em 2022, a qual demonstra que houve maior índice de desemprego entre a população negra, alcançando 11,3% entre as pessoas que se autodeclararam pretos e 10,1% entre os pardos, em comparação com 6,8% entre os brancos. Ademais, as mulheres também possuem uma taxa de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

desemprego superior à dos homens, respectivamente 10,8%, contra 7,2%. Desta forma, compreendemos que, somados à relação de raça/etnia e gênero, os valores apresentados sugerem que o lugar que as mulheres negras ocupam poderia ser entendido como uma parcela significativa da superpopulação relativa⁶.

Para Borges *et al.* (2019), após a abolição e a instituição do “trabalho livre”, a população negra tem ocupado majoritariamente os segmentos da superpopulação relativa, que é mais desprotegida. Somada à opressão de gênero, acarretam ambas no processo de “feminização da pobreza” (Lopes e Prates, 2021), que predomina sobre as mulheres negras, tornando-as um contingente populacional mais distante dessa proteção social, quando se trata principalmente da contributiva, mas que precisa mais da política de saúde e da assistência social (Martins, 2023; Borges *et al.*, 2023).

Em um contexto neoliberalista do capital, com a redução do Estado na área social, a privatização dos serviços, a intensificação da exploração do trabalho e a perda de direitos, as repercussões para a classe trabalhadora foram avassaladoras, principalmente para os seus segmentos mais vulnerabilizados pois, para a ampliação da reprodução do capital, há redução dos serviços públicos, que são substituídos por ofertas de serviços privados. Assim, há uma

dualidade discriminatória entre os que podem e os que não podem pagar pelos serviços, no mesmo passo em que propicia um nicho lucrativo para o capital, em especial para os segmentos do capital nacional que perderam espaços com a abertura comercial. Esse é o caso da previdência complementar e da educação superior, no último período, considerando que a saúde vive essa dualidade há mais tempo. (Behring; Boschetti, 2006, 159)

Nas relações de contradições estabelecidas pela atual fase do capitalismo, ao passo que uma pessoa idosa pode ser vista como uma “mercadoria que perde o seu valor” do ponto de vista do capital e socialmente, amplia-se a venda de serviços e produtos destinados a esse segmento populacional, além de procedimentos e medicações que afirmam retardar o envelhecimento. Trata-se de uma individualização da responsabilidade do envelhecimento pautada no envelhecimento ativo difundido (Teixeira, 2019), além de uma responsabilização da família pelo cuidado do idoso e sociedade civil. Mesmo dentro de uma classe social existe a dualidade entre aqueles que podem pagar por determinados serviços; nesse sentido, vemos como a previdência privada tem sido cada vez mais defendida como complemento da previdência social (cada vez

⁶ A superpopulação relativa é aquela camada de trabalhadores excedentes necessária para sustentar o *status quo* do capital, mantendo os salários mais baixos e as piores condições para a classe trabalhadora. No Brasil, essa superpopulação tem suas particularidades devido à sua formação sócio-histórica (Marx, 2013).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mais atacada) e as camadas mais exploradas e marginalizadas da classe trabalhadora ficam sem acesso a esses serviços. Afinal, a

sociedade capitalista é estruturada por relações sociais que tem peso de relações de produção pela capacidade de determinação das formas de existência - classe, gênero e raça/etnia -, que não apenas são demarcadores de diferenças sociais, mas se transformam em reprodução de desigualdades, de hierarquias e assimetrias de poder que se somam a exploração com as diferentes formas de opressão (Teixeira, 2023, 50)

No panorama nacional, a sociedade brasileira foi construída a partir de relações sociais e de produção, que estão entrelaçadas e favorecem a intensificação da classe trabalhadora. Esse cenário se tornou mais hostil a partir de 1990, quando, em consonância com os ditames dos organismos internacionais direcionados aos países periféricos, o neoliberalismo ganhou mais força. Observa-se que esse lugar de subjugação já acontecia anteriormente, por meio de recomendações de organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (ONU), os quais também desempenham papéis importantes na definição de padrões e direcionamento de ações mundiais. Ainda como exemplo, citamos, na área do envelhecimento, as metas mundiais estabelecidas frente ao aumento do número de pessoas idosas nos países centrais na Assembleia Mundial sobre o envelhecimento, realizada em Viena no ano de 1982. Também foi um órgão internacional, a OMS, que estabeleceu nos países periféricos a definição de pessoa idosa aos 60 anos, enquanto nos países centrais esse marco é aos 65 anos.

Mesmo sob a influência direta de organismos multilaterais, o Estado brasileiro desempenhou um papel funcional na extração de mais-valia de áreas estratégicas da economia e da proteção social, como a seguridade social, utilizando mecanismos internos do próprio Estado. O Fundo Público desempenhou esse papel dentro do Estado (Behring, 2021), especialmente durante a década de 1990, quando se observou a apropriação do fundo público pelo capital.

Entendemos que não existe Estado de Bem-estar sem as condições sociais necessárias para a acumulação capitalista, e o processo de exploração na relação capital-trabalho é uma dinâmica que se retroalimenta. Assim, tal como atualmente, o fundo público é necessário para a produção e reprodução do capital, e a participação ativa do Estado no modo de produção capitalista é fundamental (Behring, 2021). Embora a ideia de uma participação mínima do Estado na economia seja amplamente difundida, o fundo público possui uma relação direta com a manutenção dessa forma de sociabilidade, influenciando a produção e a reprodução do capital. É no contexto do neoliberalismo que esse processo se intensifica, afetando principalmente a classe



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

trabalhadora, se apropriando do fundo público e privatizando serviços que anteriormente eram públicos, afetando especialmente para suas frações mais vulneráveis daqueles que vivem da venda da sua força de trabalho.

Compreende-se também que a seguridade social (parte de medidas de proteção social) é necessária para a manutenção do capital, ao mesmo tempo em que é resultado das reivindicações da classe trabalhadora, pois se configura como “produto e resultado das relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito [do] processo de produção e reprodução do capitalismo”⁷ (Behring; Boschetti, 2006, 36).

Contudo, nos anos 1970, o modelo de “Estado protetor” nos países centrais do capitalismo entrou em crise. Para enfrentar esse colapso, os capitalistas iniciaram uma reestruturação marcada por mudanças sociais, econômicas e políticas, com o objetivo de recuperar os padrões de acumulação, o que deu origem à fase neoliberal do capital. No próximo item, demonstraremos isso com base em dados concretos da atualidade capitalista.

4. Raça, Gênero e Envelhecimento: dados da desigualdade

O envelhecimento da classe trabalhadora tem como balizadores constitutivos de seu processo as determinações de gênero e raça/etnia, e a própria especificidade dos conflitos e contradições de camadas desta classe na dinâmica do envelhecer. Não por acaso, é dentro deste fenômeno que presenciamos relações desiguais de salários e qualidade de vida de trabalhadores, como as mulheres brancas, homens negros e, principalmente, as mulheres negras (Prates e Lopes, 2021). No que diz respeito à seguridade social, que é vinculado como há vínculos com o trabalho formal para o acesso (Borges *et al.*, 2018), isso também gera desigualdade entre as frações da classe trabalhadora. Nota-se que a mediação de gênero e raça/etnia se desdobra em um processo de feminização e pobreza, particularmente para a velhice das mulheres negras. Esse processo vem se intensificando e as formas de acesso às proteções são diferenciadas; é o que agora demonstraremos de forma mais detida.

Uma pesquisa sobre desigualdade racial realizada pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) em São Paulo, Salvador e Porto Alegre no ano de 2023 considerou como aspecto do envelhecimento na temática racial da investigação 11 indicadores do índice de envelhecimento ativo. Esse estudo apresentou 5 áreas em que as desigualdades raciais no

⁷ Compreende-se que existem concepções diferentes de política social e proteção social, contudo, compreendemos que explicação dada pelas autoras Behring e Boschetti traduz a realidade.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

envelhecimento entre pessoas brancas e negras são mais evidentes. Na segurança financeira, constatou-se que a renda das pessoas brancas tinha rendimentos maiores para a sua sobrevivência em comparação com a das pessoas negras. Na inclusão produtiva, na parte que diz respeito ao acesso aos benefícios da previdência social, “a pesquisa mostra que, de maneira geral, os brancos têm maior acesso à aposentadoria via INSS e previdência privada, enquanto as pessoas negras acessam mais o Benefício de Prestação Continuada (BPC)” (CEBRAP, 2023, 54). Este estudo vai ao encontro com os dados apresentados por Martins (2023) de estudo realizado pela FPA/SESC-SP em 2020, demonstrando que 97% dos idosos negros e 98% das idosas negras tinham baixa renda, de até dois salários mínimos (Martins, 2023, 200).

No que diz respeito ao BPC, benefício que a população negra mais acessou, trata-se de um benefício da política de assistência social⁸, não contributivo, destinado a pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social. Isso confirma que a ausência de trabalho formal gera consequências no acesso à seguridade social, principalmente na sua forma contributiva. Nesse sentido, um dado importante sobre a política de assistência social, obtido a partir do Cadastro Único via CECAD em junho de 2023, revela que 62,19% das pessoas cadastradas acima de 60 anos são negras, sendo 8,87% identificadas como pretas e 53,32% como pardas. A maioria desse grupo é composta por mulheres negras, que representam 34% do total. Em comparação, somente 36,82% das pessoas cadastradas com mais de 60 anos são brancas, com as mulheres também sendo maioria deste grupo, representando 21,58%. Logo, os dados mencionados sugerem que o principal público atendido por essa política são as mulheres negras brasileiras.

Dessa maneira, podemos verificar a desvantagem das mulheres negras em relação aos outros grupos, bem como em relação à inclusão da pesquisa do CEBRAP. Nela, as mulheres negras de São Paulo e Salvador apresentaram um índice pior que o das mulheres brancas, enquanto os homens negros das três capitais analisadas enfrentam mais dificuldades em relação aos homens brancos. Essas áreas estão diretamente relacionadas ao trabalho, uma vez que as pessoas negras frequentemente compõem a superpopulação relativa e a sua trajetória de vida no trabalho têm diversas consequências no envelhecimento e acesso a proteção. Nessa perspectiva, compreendemos ainda que há outras desvantagens, tendo em vista que

⁸ O Benefício de Prestação Continuada, previsto na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), garante um salário mínimo por mês às pessoas idosas com idade superior a 65 anos ou às pessoas com deficiência que não tenham meios de auto sustento. Para receber o benefício, é necessário que a renda por pessoa do grupo familiar seja igual ou menor que 1/4 do salário mínimo.

a mulher idosa possui uma trajetória de vida marcada por baixa escolarização e baixa inserção no mercado de trabalho, culminando numa baixa qualificação profissional, principalmente nas idosas negras. Apesar desta realidade, são muitas destas que contribuem com a renda familiar, auxiliando filhos e dependentes. (Paixão, 2023, 187)

Entendemos, assim, que muitas idosas negras frequentemente assumem o papel de provedoras e/ou cuidadoras de suas famílias, pois são responsáveis tanto pelo sustento financeiro quanto pelo âmbito da reprodução social em relação às suas famílias. Somado a isso, além da violência de gênero e do racismo, podem sofrer as consequências do etarismo nesse ciclo de vida.

Outro aspecto importante que demonstra a desigualdade no envelhecimento diz respeito à inclusão digital. A pesquisa revela que as pessoas brancas têm maior acesso e domínio das tecnologias digitais em comparação com as pessoas negras, evidenciando mais um tipo de exclusão e dificuldade no acesso a direitos e benefícios na era digital. Além disso, a pesquisa do CEBRAP também revelou que, em relação à exposição à violência, as pessoas negras estão mais expostas à violência física, enquanto as pessoas brancas estão mais expostas à violência patrimonial.

Em relação à política de saúde, que também compõe a seguridade social, a pesquisa do CEBRAP apontou que 80% das pessoas negras utilizavam o Sistema Único de Saúde (SUS), expondo ainda que, nas três capitais, homens e mulheres negras apresentam indicadores de saúde mais baixos em comparação às pessoas idosas brancas na maioria das faixas etárias. Na mesma direção, a pesquisa da FPA/Sesc-SP, apresentada por Martins (2023), também revelou que uma grande parte da população negra dependia exclusivamente do SUS: 80% dos homens pardos, 83% dos homens pretos, 81% das mulheres pardas e 85% das mulheres pretas informaram que o SUS era sua única forma de acesso à saúde.

Posto isso, de maneira geral, a população branca no Brasil tende a envelhecer com uma melhor qualidade de vida, especialmente em termos de segurança financeira, inclusão produtiva, menor exposição à violência, melhor acesso à saúde e maiores oportunidades de inclusão digital. Em contraste, a população negra enfrenta desigualdades no acesso à seguridade social, sendo mais dependente das políticas de saúde e assistência social, além de possuir salários mais baixos. Esses pontos são evidenciados pelo relatório do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), comentado neste tópico.

Em suma, no que se refere às mulheres negras da classe trabalhadora, a combinação de sexismo e racismo intensifica a superexploração do trabalho, ocasionando na feminização da

pobreza que repercute ao longo de suas vidas. Nesse cenário, mesmo as poucas formas de acesso à proteção social existentes estão ameaçadas pelo avanço do neoliberalismo.

5. Considerações finais

Diante do exposto, o estudo do CEBRAP (2023) demonstrou que existem desigualdades no acesso à proteção social, analisando alguns pontos da seguridade social no Brasil, quando analisadas as mediações entre raça/etnia e gênero. Considerando como o grupo que de fato precisa da seguridade social é a classe trabalhadora, e que a combinação de gênero e raça agrava ainda mais as desigualdades, evidencia-se que as mulheres negras estão em uma situação de maior desvantagem em relação às outras frações da classe trabalhadora no processo de envelhecimento e acesso a proteção social. Este panorama explicita a necessidade de medidas protetivas que abordassem especificamente essas relações de desigualdade, mas que não são favorecidas no cenário nacional contemporâneo.

No contexto do capitalismo brasileiro, as desigualdades sociais, raciais e de gênero estão vinculadas às relações econômicas, políticas e culturais e contribuem para a intensificação da superexploração de certas frações da classe trabalhadora. Principalmente na atual fase do capitalismo, observa-se que mesmo na sua forma atual coexistem de modelos econômicos antigos e novos que auxiliam nesse processo de superexploração, incluindo situações de trabalho análogo à escravidão e a falta de proteção trabalhista para uma parte consideráveis dessas pessoas.

Quando analisamos a proteção social no Brasil, portanto, é necessário considerar as singularidades da formação social do país. Assim como as diferentes classes que compõem a sociedade brasileira, os que detêm os meios de produção e os que vendem a sua força de trabalho, observamos uma divisão racial que permeia essas classes, herança do período colonial. A classe trabalhadora, por sua vez, encontra-se fragmentada em sua condição, inserida na divisão racial do trabalho. Há segmentos desta classe mais vulnerabilizados, que compõem a superpopulação relativa e envelhecem de forma mais precária, podendo até mesmo não alcançar a velhice por causas de precárias condições de trabalho.

Logo, ao discutir políticas públicas de proteção social, é crucial abordar as desigualdades sociais presentes em todo o nosso país. Ademais, a luta pela proteção social e direitos sociais burgueses, conquistados também como reivindicação de condições dignas de existência pela



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

classe trabalhadora, é necessária enquanto não tivermos no horizonte outra forma de sociabilidade.

Referências bibliográficas

Agência Brasil. **Desemprego é maior entre mulheres e negros, diz IBGE**. Economia, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-05/desemprego-e-maior-entre-mulheres-e-negros-diz-ibge#:~:text=No%20%C3%BAltimo%20trimestre%20de%202022,%2C8%25%20entre%20os%20brancos>. Acesso em: 05 de junho 2024.

Behring, E. R. e Boschetti, I. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

Behring, E. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão n.os 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais n.os 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo n.º 186/2008. Brasília: Senado Federal, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 01 de agosto de 2024.

BORGES, J. L. J. de J.; MARQUES, R.; MARTINS, T. C. S.; SILVA, N. F. da. Trabalho, envelhecimento e (des)proteção social: a existência do/a trabalhador/a negro/a no Brasil. In: TEIXEIRA, S. M.; CAMILO e PAIVA, S. O.; SOARES, N. (Orgs.). **Envelhecimento e políticas sociais em contexto de crises e contrarreformas**. Curitiba. Editora CRV, 2019.

Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). **Envelhecimento e Desigualdades Raciais**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://cebrap.org.br/envelhecimento-de-desigualdades-raciais/>. Acesso em: Novembro de 2023.

Haddad, E. G. M. O contexto neoliberal e suas refrações na questão do envelhecimento. In: Teixeira, S. M. (org.). **Envelhecimento na sociabilidade do Capital**. Campinas: Editora Papel Social, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2022**: resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 de maio de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 1991**: resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25089-censo-1991-6.html>. Acesso em: 21 de maio de 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

LOPES, D. A.; PRATES, A. M. M. C. Feminização da pobreza: relações de gênero, racismo e trabalho. In: SIQUEIRA, L. F. S.; SILVA, L. F. S. (Orgs.). **Mulheres em situação de vulnerabilidade** (pp. 72-82). Maranhão: Editora Expressão Feminista, 2021.

MARTINS, Tereza. Racismo no Brasil: a condição diferenciada de envelhecer dos/as trabalhadores/as negros/as. In: AZEVEDO, Celina Dias (Org.). **Velhices: perspectivas e cenário atual na pesquisa sobre idosos no Brasil**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo; Fundação Perseu Abramo, 2023.

MARX, K. **O Capital** -Livro I – crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

PAIXÃO, Nayla. A feminização da velhice: desigualdades de gênero e seus impactos no processo de envelhecimento. In: AZEVEDO, Celina Dias (Org.). **Velhices: perspectivas e cenário atual na pesquisa sobre idosos no Brasil**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo; Fundação Perseu Abramo, 2023.

SEXISMO. In: **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. Lisboa: Priberam Informática, 2023. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/sexismo>. Acesso em: 10 de junho de 2024.

Teixeira, S. M. (org.). Envelhecimento do trabalhador na sociedade capitalista. In: Teixeira, S. M. (org.). **Envelhecimento na sociabilidade da Capital**. Campinas: Papel Social, 2017.

_____. Envelhecimento e a proposta de “reforma” da previdência social: implicações para os velhos e as velhas trabalhadoras/es. In: Teixeira, S. M. **Envelhecimento e políticas sociais em contexto de crises e contrarreformas**. Curitiba: Editora CRV, 2019.